



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE LICITAÇÃO
ASSESSORIA CLIC

DECISÃO

Objeto: aquisição de máquinas e equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

Assunto: pedido de impugnação. Decisão.

1. Cuidam os autos do PE 90024/2025 para aquisição de máquinas e equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 03/12/2025.
2. O instrumento convocatório dispõe que
 - 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 , devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
 - 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3. O inciso [LX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021^{\[1\]}](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.**
4. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022^{\[2\]}](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022^{\[3\]}](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.
5. Considerando o teor do pedido de Impugnação 03 (SEI nº 48597411) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado (SEI nº 48597421).
6. Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica na Informação 8 -

Prestando subsídios à decisão do Pregoeiro, conforme art. 17, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, informamos que o pregão eletrônico teve sua sessão suspensa para revisão do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, com a subsequente republicação do edital. Nesse contexto, informamos que a presente análise pauta-se nos documentos atualizados:

No tocante a alegação de que a separação de lotes por região configura restrição indevida à competitividade, destaca-se que está é uma solução estratégica para garantir a execução eficiente da política pública. Tal estruturação é expressamente justificada na republicação do Estudo Técnico Preliminar, itens 2.17 a 2.24.

Em relação a inconsistências tributárias ou assimetria na composição dos preços por região, para aceitabilidade da proposta, é imperativo que o preço final cotado considere os custos incidentes a fretes, tributos, taxas e demais encargos. O item 5.4.2.3 do Termo de Referência republicado é específico ao definir que o fornecedor deverá considerar todos os custos envolvendo a entrega do objeto em todos os municípios da região para o qual lograr êxito no certame. Por sua vez, conforme os itens 5.2 e 5.3 do Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se à análise de dados em bancos de dados públicos, utilizando filtros por regiões geográficas. Essa segmentação permitiu avaliar as variações regionais de preços e de oferta, o que subsidia a formatação de uma proposta mais ajustada às realidades de fornecimento em todo o território nacional.

Quanto ao argumento de que tal modelagem restringiria a participação de concessionários autorizados e demais distribuidores locais com suposto direcionamento decorrente da exigência, justifica-se que não é necessário que o licitante vencedor possua postos de atendimento em todos os Estados. Entretanto, deve comprovar por meio de declaração formal, que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para a qual apresentou proposta, conforme estabelecido nos itens 5.17 e 5.17.1 do Termo de Referência. Esta exigência mandatorial, fundamentada no § 2º do Art. 47, combinado com o inciso II do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, visa assegurar a plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia, tal como disposto nos itens 4.10.1 e 4.10.2 do Estudo Técnico Preliminar, garantindo o bom desempenho e a durabilidade dos equipamentos de alta tecnologia e, portanto, a eficácia da política pública, de modo que a aceitabilidade da proposta se condiciona à demonstração de que a estrutura de suporte pós-venda abrange integralmente o escopo do item regionalizado

Da exigência de certificação inexistente e sem especificação, tal argumento não prospera, o item 4.2.7 do TR estabelece que o licitante vencedor deverá apresentar certificação que ateste que o bem fornecido cumpre com as "exigências supracitadas". A exigência imediatamente anterior, constante do item 4.2.6 do mesmo TR, é explícita: o bem fornecido não contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal. Portanto, a certificação ou prova exigida refere-se à conformidade ambiental do bem, comprovando a ausência de SDO (CFCs, Halons, CTC, tricloroetano, etc.). Este requisito de sustentabilidade está alinhado com a busca por padrões de qualidade e desempenho, conforme previsto na Lei de Licitações. Ademais, a crítica de não especificação da norma técnica ou entidade acreditadora não prospera, uma vez que o item 14.2 estabelece que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO.

Por fim, a força de desagregação é um parâmetro técnico diretamente relacionado à capacidade da máquina de executar trabalhos pesados, como

movimentar materiais compactados, solo adensado ou agregados densos, o que é típico das atividades de infraestrutura e apoio à agropecuária que serão executadas pelos entes convenientes. A administração busca a aquisição de bens com maior qualidade e melhor desempenho técnico, e a Lei nº 14.133/2021 exige que as especificações do objeto observem requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança. Conforme o republicação do edital, a exigência de 100 kN é o padrão mínimo de qualidade para garantir que o equipamento seja suficiente para o alcance dos objetivos da licitação, atendendo a demanda.

Assim, visto que houve a suspensão do certame para revisão e alteração do Termo de Referência e do Estudo Técnico preliminar, com a subsequente republicação do edital com as devidas alterações, manifestamos **pelo INDEFERIMENTO da Impugnação nº 03**, devendo o Pregoeiro, caso concorde, adotar as providências para ciência do impugnante e prosseguimento regular do certame, nos termos do art. 24, §1º, do Decreto nº 10.024/2019.^[1]

7. Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida na Informação 8 - Impugnação 03 (SEI nº 48614127) e, no mérito, **INDEFIRO** o pedido de Impugnação 03 (SEI nº 48597411).

EDSON MARQUES FILHO

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 927/2025](#)

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

Referência: Processo nº 21000.042507/2025-77

SEI nº 48900555